

# Trabalho e educação: o ensino médio em questão

Noêmia Lazzareschi\*

---

## Resumo

Este artigo traz as primeiras considerações sobre o objeto de estudo da pesquisa em andamento sobre o ensino médio, cujo objetivo é identificar as razões pelas quais não se cumpre a missão que lhe foi atribuída pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996. Os dados da evasão dos alunos do ensino médio permitem essa afirmação contundente e estão obrigando as autoridades educacionais do país a dedicarem especial atenção à reformulação dessa última etapa do ensino básico oficial.

**Palavras-chave:** ensino médio; projeto pedagógico; reestruturação produtiva; novas competências profissionais; empregabilidade.

## Abstract

This article brings the first considerations on the object of the inquiry in progress on the secondary education, which objective is to identify the reasons by which there is not carried out the mission that him was concern for the Law of Directives and Bases of the Education of 1996. The data of the school escape of the students of the secondary education allow this cutting affirmation and are obliging the education authorities of the country to dedicate special attention to the reformulation of this last basic stage of the official teaching.

**Keywords:** secondary education; pedagogic project; productive restructuring; new professional competences; employee.

---

(\*) Docente do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUCSP.  
E-mail: acyr.noemia@terra.com.br

## **Introdução**

Segundo o IBGE, 40% dos alunos do ensino médio abandonam o curso por desinteresse e 24% por razões de trabalho. Essa elevada taxa de evasão é recorrente desde as duas últimas décadas, com variações desprezíveis. Apesar de muito preocupante, só agora tem merecido especial atenção das autoridades educacionais brasileiras, não obstante estudiosos de todas as áreas do conhecimento há muito tempo tivessem demonstrado as mazelas desta etapa da educação básica oficial dos jovens brasileiros, cujas consequências são de extraordinária gravidade para a vida pessoal dos alunos – 10 milhões – e para o crescimento e desenvolvimento do país.

Com efeito, a reestruturação produtiva, base material do processo de globalização da economia, impõe novas competências profissionais em todas as áreas da atividade econômica, tais como: capacidade de abstração, raciocínio crítico e presteza de intervenção, ou seja, capacidade para ler, interpretar e decidir com base em dados formalizados e fornecidos pelas máquinas, além de qualidades sociomotivacionais, de personalidade e caráter, que garantam o bom relacionamento com os colegas das equipes de trabalho. Em outras palavras: as tecnologias de base microeletrônica – tecnologias da informação – e as novas técnicas gerenciais do processo produtivo e da prestação de serviços estão exigindo um trabalhador que seja capaz de efetivar conhecimentos, isto é, capaz de utilizá-los corretamente na solução de problemas concretos do dia a dia do trabalho e no processo de tomada de decisões que devem ser rápidas devido à compressão espaço-tempo provocada pela informatização. Trata-se, portanto, do reconhecimento da necessidade de se por fim ao problema constatado entre nós do analfabetismo funcional. Diplomas não mais expressam a real aquisição da capacidade de efetivar conhecimentos na solução de problemas e, assim, a empregabilidade dos candidatos a um emprego e dos candidatos à manutenção do emprego depende dessa capacidade. E a modernização tecnológica e organizacional de nossas empresas é requisito para o crescimento e desenvolvimento sustentáveis do país dado o acirramento da competição internacional. Por que o ensino médio não prepara seus alunos para o mercado de trabalho e é considerado pela grande maioria deles desinteressante, aborrecido, inútil?

## O ensino médio

É preciso lembrar que o ensino médio, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 20 de dezembro de 1996 e ainda em vigor, com duração mínima de três anos, tem como finalidade:

- I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento dos estudos;
- II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. (Art. 35)

No inciso 1º do parágrafo III do Art. 36 delibera:

- §1º – Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre:
  - 1 – domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna;
  - II – conhecimento das formas contemporâneas de linguagem;
- §2º – O ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas. (Niskier, 1996, pp. 41/42)

Embora não priorize a formação técnica para o trabalho e não tenha, portanto, o mesmo caráter profissionalizante que a Lei nº 5692 lhe atribuiu, obrigando a oferta de habilitação profissional no antigo 2º grau, os artigos da nova LDB acima transcritos revelam a intenção do legislador de fazer deste nível de ensino a fase final da preparação oficial para o trabalho e para o exercício da cidadania da maioria dos jovens brasileiros. E isso por que o artigo 36 estabelece como diretrizes específicas do currículo, dos conteúdos programáticos e das metodologias “o domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna e o domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício

da cidadania”, além, é claro, de não mais se garantir o prosseguimento universal e gratuito dos estudos em nível superior.

Assim, o ensino médio, enquanto momento de consolidação e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento dos estudos e a preparação básica para o trabalho, deverá garantir não só a aquisição de múltiplos conhecimentos, como também e, sobretudo, o desenvolvimento da capacidade de “aprender a aprender” para permitir fácil e permanente adaptação de seus egressos às condições de vida e de trabalho transformadas pelo desenvolvimento técnico-científico e pela globalização da economia, assegurando-se a satisfação das necessidades sociais e, ao mesmo tempo, a realização das potencialidades humanas.

É exatamente a preocupação com o não cumprimento dessa missão do ensino médio a raiz e o eixo da maioria dos estudos, inclusive deste artigo, pois, como se sabe, lamentavelmente, a grande maioria dos jovens brasileiros não tem, e no curto prazo, não terá acesso aos estudos de nível superior, – apesar dos programas do Governo Federal, como o ProUni e o Sistema de Cotas – dependendo, portanto, quase que exclusivamente da qualidade do processo ensino/aprendizagem oferecido pelas escolas de ensino médio para a aquisição das qualificações e competências intelectuais e culturais exigidas pelo mercado de trabalho. E, no entanto, a evasão dos alunos chega a 40% e a sociedade brasileira assiste perplexa ao “apagão da mão de obra” em todas as áreas da atividade econômica que não preenchem as milhares de vagas de emprego que hoje oferecem.

Preparar jovens para o trabalho nas novas condições econômicas, políticas, sociais, científicas e tecnológicas mundiais requer, evidentemente, conhecimento dessas condições e das exigências do mercado de trabalho que lhes correspondem, elaborar currículo que as contemple conforme um planejamento educacional sob a forma de projetos de trabalho e, ao mesmo tempo, contar com professores preparados para executá-lo.

Não se trata, portanto, de apenas oferecer as técnicas materiais necessárias para aplicar o novo currículo, pois, como se sabe, elas são meros instrumentos facilitadores do processo ensino/aprendizagem. De que adianta munir as escolas de computadores de última geração, *data show*, retroprojetores, laboratórios, etc., se não se consegue orientar os alunos a interpretar adequadamente as informações transmitidas e muito menos a utilizá-las na solução de problemas, incentivando-os a criar conhecimento?

As novas tecnologias da educação de nada servem se diretores, coordenadores, supervisores e, fundamentalmente, professores não estiverem devidamente preparados e motivados para a execução das propostas curriculares, por desconhecerem a realidade histórica na qual atuam, a realidade do mercado de trabalho, a realidade das políticas educacionais em vigor, a realidade mesma do currículo proposto de cuja elaboração não foram não só partícipes, como também passaram a receber orientação para a sua aplicação depois de ter sido implantado, frequentando cursos rápidos de requalificação e sujeitando-se às determinações das autoridades sem conhecer o processo de transformações históricas em curso que as fundamentam.

De qualquer maneira e independentemente da desarticulação dos saberes a que está submetido, o professor é a peça chave do processo, e mesmo desconhecendo as novas realidades poderá, se competente for, realizar adequadamente seu trabalho nas mais adversas situações, sendo capaz de permitir ao aluno “aprender a aprender”, condição *sine qua non* para o enfrentamento das novas exigências dos mercados de trabalho e da sociedade globalizada.

Aprender a aprender resulta do desenvolvimento do processo cognitivo pelo exercício da inteligência, da criatividade, do espírito crítico, da iniciativa que se dá pelo desafio permanente para a solução de problemas a partir do exercício da capacidade de estabelecer conexões entre os diferentes saberes transmitidos pelas diferentes disciplinas curriculares, com fundamento na perspectiva educacional de ensino globalizado.

A compartimentalização dos saberes, que se expressa, evidentemente, na desarticulação entre os conteúdos das disciplinas curriculares por inexistência de um planejamento educacional sob a forma de projetos de trabalho, impede a formulação de problemas fundamentais e globais e enfraquece a percepção do global e, em decorrência, a responsabilidade e a solidariedade. Ela não só impede a contextualização dos saberes como também conduz a um reducionismo que torna invisíveis “as interações, as retroações, os contextos e as complexidades que se encontram na *mand'land* entre as disciplinas” e como resultado “rompe o complexo do mundo em fragmentos disjuntos, fraciona os problemas, separa o que está unido, torna unidimensional o multidimensional” (Morin, 1999, pp. 42/43).

A função do projeto é favorecer a criação de estratégias de organização dos conhecimentos escolares em relação a: 1) o tratamento da informação, e 2) a relação entre os diferentes conteúdos em torno de problemas ou hipóteses que facilitem aos alunos a construção de seus conhecimentos, a transformação da informação procedente dos diferentes saberes disciplinares em conhecimento próprio. (Hernandez e Ventura, 1998, p. 61)

Se considerarmos que o conjunto das disciplinas do currículo escolar deve corresponder à utilidade dos conhecimentos por elas sistematizados para a solução de problemas da vida cotidiana, acompanhando, portanto, o processo histórico que constantemente redefine as questões candentes de cada momento e o modo de tratá-las científica e socialmente, os projetos de trabalho, elaborados com fundamento naquelas questões, podem permitir a articulação entre os conteúdos das disciplinas sobretudo e principalmente se os problemas propostos para os alunos forem devidamente formulados evitando-se limitar a sua abrangência, a fim de se evitar “o perigo de que conclusões gerais tiradas de um projeto sejam incorretamente generalizadas por falta de uma visão mais sintética do conhecimento.” (Macedo, 2002, p.54).

Obviamente esse perigo pode ser evitado com a simples demonstração de que o conhecimento é um processo e, como tal deve ser pensado, razão pela qual é preciso considerar todo ponto de chegada como um novo ponto de partida.

A aprendizagem resulta do estabelecimento pelos alunos de conexões entre os conhecimentos que já possuem e entre as diferentes fontes e procedimentos para abordar a informação, enfatizando-se, nesse caso, a instrumentalização didática como elemento chave no processo.

Utilizar a informação transformando-a em conhecimento implica compreensão, portanto, da ideia desse conhecimento desde a sua origem até as repercussões de sua aplicação na realidade global, o que, por sua vez, dirige o professorado a tratar da questão fundamental da transdisciplinaridade, isto é, não apenas da multidisciplinaridade ou da interdisciplinaridade, mas da superação dialética de ambas, resultando numa forma de produção do conhecimento.

Assim, escolas superequipadas de recursos tecnológicos avançados não necessariamente são as mais equipadas para cumprir sua missão de ensinar se estiverem desprovidas de professores devidamente preparados

para o exercício do desenvolvimento do processo de evolução cognitiva dos alunos. Por isso, por mais adequados e sofisticados que sejam os demais componentes do processo ensino/aprendizagem (instalações, equipamentos, políticas educacionais, gestão escolar, etc.) não serão cumpridos os objetivos do processo educacional, isto é, ensinar e socializar, se não se pode contar com profissionais com aquela perspectiva de seu próprio trabalho.

Se assim é, identificam-se com facilidade as razões do desinteresse e, portanto, da evasão dos alunos do curso. E isso por que os dados preliminares da pesquisa que iniciamos nas escolas públicas do ensino médio da região de Guarulhos, com o objetivo de verificar se os jovens estudantes da periferia de um município industrial da Grande São Paulo estão sendo preparados para o trabalho segundo as exigências atuais do mercado de trabalho, já permitem qualificar de caótica – além de profundamente lamentável – a situação a que estão submetidos os alunos:

1) não há projetos pedagógicos;

2) os professores limitam-se à elaboração de um planejamento escolar por disciplina, e nele não constam a bibliografia básica e complementar, como também o detalhamento do conteúdo programático que indica apenas os temas a serem tratados a cada bimestre;

3) do planejamento de algumas disciplinas não constam ou os objetivos perseguidos ou as estratégias para a sua consecução;

4) quando se definem os objetivos em algumas disciplinas, há sempre menção “à preparação do educando para a cidadania no sentido universal e não apenas profissionalizante, aprimorando-o como ser humano sensível, solidário e consciente”, sem que se explicita o significado da intenção.

O que significa preparar o educando para a cidadania no sentido universal e não apenas profissionalizante e como prepará-lo nas diferentes disciplinas cujos conteúdos não estão formalmente interligados a partir de um projeto pedagógico que defina a orientação comum a ser seguida para a realização de objetivos comuns? Como “tornar o educando um ser humano sensível, solidário e consciente” na ausência de um projeto pedagógico que lhe ofereça a oportunidade de estabelecer conexões entre os conteúdos das diferentes disciplinas, de transformar a informação em conhecimento e induzi-lo a buscar soluções para os problemas da vida cotidiana e da realidade histórica de sua comunidade pela aplicação dos conhecimentos adquiridos?

5) assistir às aulas não é tarefa fácil – assisti algumas aulas de Matemática, Química, Física e Língua Portuguesa e, por isso, posso confirmar as considerações dos alunos: a) o clima é de total indisciplina; b) os professores sempre chegam atrasados; c) nenhum professor apresenta os objetivos da aula e muito menos demonstra a aplicação da informação transmitida para a solução de problemas pontuais, impedindo, portanto, a sua devida compreensão e a sua transformação em conhecimento; d) nenhum professor solicita a elaboração de trabalhos fora da sala de aula ou sugere pesquisa sobre o conteúdo da aula ou indica textos de leitura e/ou exercícios para estudo; e) não há interação entre professor e alunos, alunos e alunos, professor-alunos-alunos, salvo para apaziguar os ânimos e apartar brigas; f) as aulas se resumem a copiar o que os professores escrevem na lousa.

Não surpreendem, portanto, os dados do Índice da Educação Básica de 2009, segundo os quais os alunos do ensino médio têm graves dificuldades em português e matemática, sendo incapazes de redigir corretamente, interpretar um texto ou fazer cálculos matemáticos com alguma complexidade.

## **A Reforma do Ensino Médio**

O Conselho Nacional de Educação acaba de aprovar novas diretrizes para o ensino médio – maio de 2011 – com a finalidade de adequá-lo às novas demandas do mercado de trabalho e cumprir a missão de preparar o jovem para o trabalho e para o exercício da cidadania, após décadas perdidas durante as quais as autoridades educacionais fizeram ouvidos moucos aos estudos de todos os especialistas que registravam o caos e previam as suas conseqüências.

As novas diretrizes – ainda não homologadas pelo Ministério da Educação – permitem organizar o ensino médio em torno de quatro grandes áreas: trabalho, tecnologia, ciência e cultura, com autonomia para distribuir a carga horária de cada uma delas conforme as especificidades regionais, muito embora as escolas estejam autorizadas a manter o currículo atual que combina as quatro áreas, sem enfatizar nenhuma.

O sucesso da implementação das novas diretrizes para o ensino médio dependerá da elaboração de projetos pedagógicos fundamentados, antes de mais nada, num sólido conhecimento da região em que se situam

as escolas, a fim de ajustar as disciplinas ali ministradas à sua realidade histórica para melhor responder às suas necessidades e às necessidades de sua clientela, seja para ingressar no mercado de trabalho, seja para prosseguir os estudos em nível superior. E isso por que:

1) a heterogeneidade econômica, social e cultural que caracteriza nosso país de dimensões continentais requer conhecimento aprofundado das especificidades regionais e locais para permitir a identificação de seus problemas sociais mais candentes, de suas perspectivas econômicas no curto, médio e longo prazos e o desenvolvimento da capacidade de prognósticos de seu futuro nas próximas décadas de conformidade com as tendências nacionais e internacionais do processo histórico;

2) só o conhecimento aprofundado das especificidades regionais e locais permite o conhecimento de sua população jovem que é, como se sabe, por elas determinada, sem o quê não se consegue nem mesmo estabelecer a comunicação adequada e, em consequência, não se consegue estabelecer um processo de ensino/aprendizagem capaz de motivá-la com a elaboração de currículos que contemplem sua realidade histórica e suas perspectivas de futuro profissional nela inscritas;

3) conhecer, portanto, as especificidades regionais e locais significa conhecer a sua vocação econômica e, daí, o seu mercado de trabalho com suas exigências específicas e as perspectivas efetivas de emprego e/ou de obtenção de renda na própria região, para adequar o conteúdo das diferentes disciplinas à realidade vivida e, assim, proceder, de fato, à profissionalização de seus jovens e à promoção do desenvolvimento social na medida em que profissionais competentes e atuantes naquelas profissões surgidas da vocação econômica das diferentes regiões brasileiras estarão contribuindo para o seu desenvolvimento econômico;

4) só o conhecimento aprofundado das especificidades regionais e locais permite educar os jovens para o efetivo exercício da cidadania ao conduzir inevitavelmente toda a comunidade escolar à discussão dos problemas sociais de que é vítima, nela despertando a consciência política como caminho único para a melhoria das condições de vida e emancipação humana.

Teriam os professores este conhecimento? Se tivessem, era de se esperar que já deveriam tê-lo demonstrado. Não haveria necessidade de prepará-los com muita antecedência – o que não foi feito – para cumprir um projeto pedagógico que contemple as novas diretrizes? Estariam as escolas preparadas também, com laboratórios e bibliotecas atualizadas?

Tudo indica que não, mas, de qualquer modo, é muito promissora a iniciativa do Conselho Nacional de Educação. Pelo menos houve um grande despertar das autoridades para os gravíssimos problemas do ensino médio que, na atualidade, não prepara o jovem nem para o ingresso no ensino superior e nem para o mercado de trabalho, além de não prepará-lo para o exercício dos direitos e deveres de cidadania.

Esperemos que os resultados da pesquisa que ora inicio sejam absolutamente diferentes dos dados até aqui coletados.

### **Referências bibliográficas**

HERNANDEZ, F. e VENTURA, M. (1988). *A organização do currículo por projetos de trabalho – o conhecimento é um caleidoscópio*. Porto Alegre, Artes e Ofício.

MACEDO, E. F. (2002). “Parâmetros curriculares nacionais: a falácia de seus temas transversais”. In: MOREIRA, A. F. B. et al. *Currículo: políticas e práticas*. Campinas, Papirus.

MORIN, E. (1999). *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo, Cortez.

NISKIER, A. (1996). *LDB-A Nova Lei da Educação: tudo sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação*. Rio de Janeiro, Consultor.